



DEPARTAMENTO DE LETRAS E EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE **PEDAGOGIA**
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LIDIVÂNIA DE LIMA MACENA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO 1º SEGMENTO DA
EJA: SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNDO DO TRABALHO**

GUARABIRA-PB
2010

LIDIVÂNIA DE LIMA MACENA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO 1º SEGMENTO DA
EJA: SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNDO DO TRABALHO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB-
Campus III, em cumprimento aos requisitos
necessários para obtenção do grau de Licenciado
(a) em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Ms^a Luciana Silva Nascimento

GUARABIRA-PB
2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

M141a

Macena, Lidivânia de Lima

Alfabetização e letramento no 1º segmento da EJA: sua importância para o mundo do trabalho / Lidivânia de Lima Macena. – Guarabira: UEPB, 2010.

58f.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Luciana Silva do Nascimento”.

1. EJA 2. Alfabetização 3. Letramento 1. Título.

22.ed. CDD 374

LIDIVÂNIA DE LIMA MACENA

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO 1º SEGMENTO DA EJA: SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNDO DO TRABALHO

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB-Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciado (a) em Pedagogia.

Aprovada em 17/12/2010.

Luciana Silva do Nascimento

Profª Msª Luciana Silva Nascimento/UEPB
Orientadora

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Profª Msª Mônica de Fátima Guedes de Oliveira/UEPB
(Examinadora)

Silvânia Lúcia de Araújo Silva

Profª Msª Silvânia Lúcia de Araújo Silva /UERN
(Examinadora)

DEDICATÓRIA

À minha família, pelo alicerce de todos os momentos, em especial, ao meu esposo, José Leandro Macena dos Santos, por todo o seu apoio e incentivo, fonte de toda a minha coragem e determinação e também a minha filha Ester minha maior riqueza, **Dedico**

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por me tornar cada vez mais forte diante das dificuldades;

Agradeço, em especial, a minha mãe, Maria Fernandes de Lima, por me ensinar a importância de estudar e lutar sempre por nossos ideais;

Às minhas irmãs, Lidiane, Lidijane e ao meu irmão, José Arlindo, por compreender minha ausência em momentos importantes, mas presentes sempre no coração;

Aos amigos inesquecíveis, que fazem parte da turma 2007.1 (turno manhã) do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

À orientadora, Prof^a Ms^a Luciana Silva Nascimento, por acreditar que esse trabalho era possível, dedicando parte de seu tempo na orientação, com paciência e atenção. Muito obrigada.

Agradeço profundamente a todos os professores do curso;

Por fim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse sonho, meus sinceros agradecimentos.

Pensávamos numa alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a essa democratização. Numa alfabetização que, por isso mesmo, tivesse no homem, não esse paciente do processo, cuja virtude única é ter mesmo paciência para suportar o abismo entre sua experiência existencial e o conteúdo que lhe oferecem para sua aprendizagem, mas o seu sujeito [...]. Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação (FREIRE, 2009, p. 112).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar, na temática da alfabetização de jovens e adultos, os níveis de letramento dos alunos alfabetizados e a importância de ser alfabetizado e letrado para o mercado de trabalho. Como procedimentos metodológicos, foram adotados observações, entrevistas semiestruturadas e questionários com perguntas abertas e de múltipla escolha aplicados com os sujeitos da pesquisa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa. A coleta de dados, realizada nas Escolas Municipais Sérgio Luís de Melo Gomes, Unidade Escolar Raymundo Asfora, Maria Eulália Cantalice Cavalcante da área urbana na cidade de Guarabira-Pb serviu de subsídio para este trabalho. A pesquisa teve como suporte os pressupostos teóricos de autores cuja linha de pensamento se relaciona com a alfabetização e com o letramento, em especial, com jovens e adultos, foco deste estudo. E também autores que trabalham com a questão das políticas públicas para a educação básica incluindo a EJA. Os resultados mostraram o quanto é importante dominar as múltiplas formas de letramento, numa sociedade com tantas transformações e tão exigente em relação ao sujeito que busca o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Alfabetização e Letramento. Educação de Jovens e Adultos. Mundo do Trabalho.

ABSTRACT

This work aims to present, on the issue of literacy of young people and adults, the levels of literacy of the students and the importance of literate to the labor market. As a procedure methodological, were adopted interviews and questionnaires with open questions and multiple choice applied with the research people. This is a qualitative and quantitative research. The data collection, carried out in the Municipal School Sergio Louis de Melo Gomes, in Cordeiro neighborhood, in Guarabira-Pb, served as a subsidy for the search. This research had as upholding the theoretical assumptions of authors whose thoughts relate to, in particular, young people and adults, the focus of this study. The results showed how important is to dominate the multiple forms of literacy, in a society with many changes and so demanding in relation to people who seek the work market.

Key-words: Literacy. Literacy. Education of young people and adults. Work market.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	13
1.1 Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos.....	13
1.2 Concepções sobre alfabetização.....	17
1.2.1 Concepções sobre letramento.....	20
1.2.2 Letramento escolar: leitura e escrita no cotidiano dos alunos do 1º segmento da EJA.....	22
1.3 O mundo do trabalho, o analfabeto e a imagem do alfabetizando da EJA.....	24
1.4 A política Brasileira para a EJA nestas últimas décadas.....	26
1.5 O Neoliberalismo e o Sistema Educacional.....	27
1.6 O Banco Mundial e sua influência na educação brasileira.....	29
2 ESTRUTURA METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	32
2.1 Abordagem metodológica.....	32
2.2 Procedimentos metodológicos.....	32
2.3 Campo da pesquisa.....	33
2.4 Sujeitos da pesquisa.....	33
2.5 Instrumentos de coleta de dados.....	34
2.6 Análise dos dados.....	36
3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO E DE LETRAMENTO: da vida cotidiana ao mundo do trabalho.....	37
3.1 Educação de Jovens e Adultos: do plano de aula à proposta pedagógica.....	37
3.2 Práticas de letramento: da Escola à vida cotidiana.....	39
3.3 Alfabetização, letramento e o mundo do trabalho.....	45
4 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	51
ANEXO.....	54

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como compromisso analisar os níveis e as práticas de alfabetização e de letramento desenvolvidas na sala de aula dos alfabetizandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo em vista que essas práticas não respondem às propostas dos estudos atuais. Para isso, buscam-se focalizar as habilidades específicas que o conhecimento de mundo oferece para as práticas de leitura e de escrita e sua importância para o mercado de trabalho, levando em consideração os níveis de letramento dos alunos do 1º segmento da EJA.

Nessa perspectiva, traçamos os seguintes objetivos específicos: investigar a relação que os educandos estabelecem com os diferentes contextos letrados e verificar as formas de administrar as distintas situações na vida. Para tanto, foi necessário estudar os conceitos de alfabetização e de letramento, no contexto da Educação de Jovens e Adultos, e, em meio a esse processo, poder diferenciar as metodologias educativas desenvolvidas na alfabetização e no letramento nessa modalidade de ensino.

Para analisar o questionamento sobre a alfabetização e o letramento, no primeiro segmento da EJA, partimos da seguinte questão: Qual a sua importância no mundo do trabalho? Com esse objetivo, recorreremos a uma pesquisa de campo com os alunos alfabetizandos da EJA, que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho acadêmico.

Estruturalmente, este estudo está dividido em partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, trazemos a trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil, com destaque para os seguintes aspectos: um breve histórico da educação de jovens e adultos, o processo de alfabetização que envolve o jovem e o adulto em nosso país, os conceitos de alfabetização e de letramento, as práticas de letramento dos alunos na escola e fora dela, as políticas de financiamento para a EJA, refletindo sobre o Banco Mundial, e as ideias neoliberais no nosso sistema educacional.

Na segunda parte, apresentamos a metodologia empregada, os sujeitos que dela participaram, a coleta de dados, o campo onde foram desenvolvidos os estudos e os resultados em forma de subtemas. Em seguida, procedemos à discussão e à análise dos níveis de alfabetização e de letramento dos alunos, dividido em subtemas para cada discussão e análise e, finalmente, as considerações finais, em que tecemos um comentário a respeito das práticas de alfabetização e de letramento dos educandos da EJA, como também os investimentos do Estado nessa modalidade de ensino.

Na Educação de Jovens e Adultos, o estudo do letramento é uma nova alternativa que pode despertar nos docentes dessa modalidade de ensino a compreensão dos níveis em que os alunos se encontram. Partindo disso, eles poderão desenvolver melhor um trabalho de alfabetização, tendo em vista que os jovens sentem muitas dificuldades para se alfabetizar. Este estudo é um instrumento por meio do qual os docentes podem buscar subsídios para enriquecer as práticas de letramento vivenciadas pelos alunos e para ajudá-los no processo de alfabetização.

Ressaltamos que, no contexto brasileiro, a melhoria no processo de alfabetização e de letramento será de extrema importância para que o jovem e o adulto sintam-se capazes de disputar um lugar no mercado de trabalho com desenvoltura, segurança e dignidade.

1. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

...a alfabetização, concebida como o conhecimento básico, necessário a todos, num mundo em transformação, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. (...) O desafio é oferecer-lhes esse direito... A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito básico para a educação continuada durante a vida.

(Declaração de Hamburgo, de 1997)

1. 1 Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos

Para entender o presente estudo, precisamos pesquisar o passado, pois alguns dos acontecimentos que lá ocorreram foram os pontos de partida para fatos que vivenciamos atualmente. Com a EJA, isso não aconteceu de forma diferenciada.

No Brasil, desde o período dos jesuítas, negava-se a oportunidade de estudo aos adultos analfabetos, e quando se pensou em instruir os índios, essa instrução se voltou para as crianças, em especial, pois eram consideradas mais fáceis de deixar a cultura pagã que o adulto. Desde então, cultivou-se um preconceito contra o adulto analfabeto, quer seja ele índio, negro ou pobre, independentemente de sua cor e raça. A partir de então, a discussão sobre o analfabeto sempre foi colocada de lado em toda a trajetória educacional brasileira.

[...] Até fins do Século XIX, as oportunidades de escolarização eram muito restritas, acessíveis quase que somente às elites proprietárias e aos homens livres das vilas e cidades, minoria da população. O primeiro recenseamento nacional brasileiro foi realizado durante o Império, em 1872, e constatou que 82,3% das pessoas com mais de cinco anos de idade eram analfabetas. Essa mesma proporção de analfabetos foi encontrada pelo censo realizado em 1890, após a proclamação da República. (UNESCO, 2008 p. 20)

Como mostra a citação acima, a educação do adulto não era valorizada nesse período. Paiva (2003, p. 187) nos mostra que o censo de 1940 indicou que mais da metade da população tinha 18 anos e era analfabeta. Esse índice fez despertar nos intelectuais duas formas de erradicar o analfabetismo: uma, através da ampliação das redes de ensino elementar comum, e a outra, a criação de programas especiais para adultos, que se acreditava que teria efeito mais rápido para solucionar o problema do analfabetismo.

Com o propósito de contornar a polêmica do analfabetismo no Brasil e reforçar os apelos da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), recém-criada para ajudar a conter esse problema, que afeta a população adulta nos países com alto índice de pessoas analfabetas, o Brasil apresenta ideias novas para tentar resolver o problema da educação das massas com a construção de uma sociedade democrática. Dessa forma, vieram as sucessivas campanhas para erradicar o analfabetismo no Brasil.

Conforme os estudos realizados por Paiva (2003), na Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), as esquerdas marxistas, que manifestavam um otimismo pedagógico em relação aos programas de educação de adultos comunitários, cresciam em todo o país. Também aparece a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que instalou missões nas comunidades e desenvolveu técnicas de ensino para adultos com uma política definitiva em todo o interior do país. Todo esse investimento já tinha visões futuristas no âmbito do capitalismo.

A Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu que o Brasil investisse no mercado interno e na produção industrial. A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão de obra especializada e, para tal, era preciso investir na educação. Com a criação da Campanha Nacional de Educação de Adultos (CNEA) e o surgimento do SIRENA (Sistema Rádio Educativo Nacional), teve-se o intuito de tentar formar pessoas com algumas instruções, com o interesse de ter mão de obra para atender ao crescimento das indústrias. No governo de Juscelino Kubitschek, a educação é vista como um pré-investimento necessário ao desenvolvimento do país industrializado.

É nesse período em que, no Brasil, surge Paulo Freire, com ideias renovadoras para a educação dos adultos, ao pensar em uma educação popular e em uma nova pedagogia, por meio da qual se buscassem libertar as massas populares através da educação popular, norteadas pelas ideias freireanas, a partir da década de 60, quando suas propostas para a educação de jovens e adultos foi surgindo no cenário nacional. Como mostra a citação a seguir:

- em Recife – Movimentos de Cultura Popular – MCP;
 - em Recife (SEC) – Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife – equipe interdisciplinar trabalha a fundamentação do “sistema” proposto por Freire;
 - em João Pessoa e, depois, no estado, a CEPLAR (Campanha de Educação Popular da Paraíba)
 - em Recife – União dos Estudantes da Universidade do Recife (financiado pelo MEC);
 - em Natal (RN) – Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (financiado pela Prefeitura de Natal);
 - em Angicos [e Exército (16: RI)] – o Governo do Rio Grande do Norte (financiada pela Aliança para o Progresso, através do convênio USAID/SUDENE);
 - em Osasco (SP);
 - em Brasília, através do Plano Nacional de Alfabetização (PNA – MEC) e os
 - Projeto Nordeste e Projeto Sul (Sergipe e Rio de Janeiro) – financiados pelo PNA-MEC. (1987:369)
- Com efeito, todo o crescimento da mobilização e da organização das múltiplas (e heterogêneas) forças políticas de setores médios e populares, incluindo as propostas de Freire e as práticas educativas correlatas – que tiveram como ponto culminante a condição deste educador ao comando de um plano de implantação em todo o Brasil do seu “método” de alfabetização de adultos - , foram frustradas pelo golpe de 1964, que o levou à prisão por mais de dois meses e, em seguida, ao exílio entre 1964 e 1979. (GÓES 1991, p. 47,68 apud FREIRE, 1997, p. 31 e 32).

Toda essa efervescência provocou um novo contexto histórico vivido em nosso país. Paiva (2003) apresenta esse cenário político, em que não aconteciam movimentos de esquerdas no Brasil. Houve uma quietude no país, pois estávamos vivendo a ditadura militar que muito marcou a nossa história social e política, e, em especial, os movimentos populares, como o Movimento Popular de Cultura (MPC) e o Centro Popular de Cultura (CPC). A maioria dos movimentos locais e regionais havia desaparecido. O único e grande a sobreviver foi o MEB (Movimento de Educação de Base), mas com mudanças em suas concepções metodológicas. Nesse mesmo período, entra em vigor a Cruzada ABC, um movimento evangélico que recebia apoio do governo vigente, que pretendia alfabetizar as massas brasileiras.

Em seguida, no campo da Alfabetização, entra a campanha de maior ênfase política e governamental do Brasil - o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que, segundo Galvão (2007), iniciou no ano de 1967, com o golpe militar, que instala esse programa com a intenção de reduzir as estatísticas de analfabetismo, para mostrar à comunidade internacional que o Brasil estava “erradicando a vergonha nacional”. O método e o material didático propostos pelo Mobral eram parecidos com o método Paulo Freire, pois também trabalhava com as palavras-chave retiradas da realidade do alfabetizando adulto. Esse método seguia os padrões silábicos da língua portuguesa, à semelhança do método Paulo

Freire, mas era superficial, pois não desenvolvia o conteúdo crítico e problematizador das propostas freireanas.

Pode-se, no entanto, observar que a alfabetização de adultos - a educação das massas populares - ainda era um instrumento político-ideológico. Com o passar do tempo, surgem outros programas, como o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC); em 1990, o programa de Alfabetização Solidária (ALFASOL); e, em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que atua, ainda hoje, entre outros não mencionados neste estudo. Todos esses programas buscam retomar o conceito de caráter mais técnico da alfabetização, presente na década de 40, a aprendizagem do “ler, escrever e contar”.

Na década de 90, o Brasil passou a sofrer certa pressão, até mesmo histórica, por ter tantos analfabetos. Assim, educadores não ligados diretamente ao governo, mas que atuavam em Igrejas, Sindicatos, ONGs etc., tentavam alfabetizar com a proposta freireana. Com base nos estudos de Fernandes (2002), a alfabetização-cidadania seria um ponto importante para os educadores da educação formal ou não formal, porém com o mesmo pensamento político, ideológico e pedagógico de alfabetizar letrando. Em uma visão geral, Soares (In LAGOA, 1990, p. 17 apud FERNANDES, 2002, p. 39,40) refere:

Alfabetizar é propiciar condições para que o indivíduo - criança ou adulto – tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidades de decodificação e codificação do sistema de escrita, mas, sobretudo, de fazer uso real e adequado da escrita em todas as funções que ela tem em nossa sociedade e também como instrumento de luta pela conquista da cidadania plena.

A autora aponta que é imprescindível que o aluno tenha acesso ao mundo da escrita e faça uso desse instrumento em benefício próprio e do coletivo. Assim, o sujeito será capaz de ter uma preparação teórico-prática e se conscientizar de que a educação pode levá-lo a ver o mundo de forma mais interessante, no que tange às questões sociais, políticas e econômicas que o envolvem, o que pode facilitar as condições para interpretá-lo e agir sobre esse mundo de forma independente, crítica e construtiva, como um verdadeiro cidadão. Fernandes (2002) mostra que a alfabetização de jovens e adultos deve primar pelo respeito ao aluno, tendo em vista sua realidade. Por meio dela, ele pode reconstruir novos conceitos e unir a teoria do mundo letrado com as práticas de sua vida.

A seguir, apresentaremos algumas concepções e discussões sobre os termos alfabetização e letramento.

1.2 Concepções sobre alfabetização

O acesso ao mundo da leitura e da escrita foi se tornando algo fundamental para o mundo do trabalho, posto que a instrução educacional é um direito assegurado pela Constituição do nosso país, mas poucos brasileiros conseguem ter acesso à educação alfabetizadora que, apesar de ser tão importante, como instrumento necessário à vida, não está ao alcance da maioria.

Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - de 2000, há um declínio nos percentuais de analfabetismo. Porém, o país ainda detém o maior número absoluto de analfabetos do Continente Americano, fruto da ausência ou da descontinuidade de políticas públicas para o setor.

Para que haja uma mudança no processo de alfabetização e nos métodos adotados pelos educadores, será preciso uma nova visão do conceito de alfabetizar. Alguns professores têm considerado a alfabetização como uma técnica que se emprega para ler e escrever, porém ambas são mais do que a transcrição e decifração de letras e sons, pois são atividades inteligentes, em que a percepção é orientada pela busca dos significados. Essas concepções trouxeram elementos que fortaleceram a crítica ao modelo de alfabetização baseado em cartilhas, cujas palavras e frases estavam fora do contexto dos educandos. Segundo Ana Teberosky (1993), a psicolinguista argentina, Emília Ferreiro, apresenta para os educadores que, assim como as crianças, os adultos analfabetos retinham informações sobre a escrita e formavam hipóteses a seu respeito.

Nessa mesma perspectiva, o educador Paulo Freire (2001) afirmava que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, o que significa dizer que o educando pode começar a aprender a ler, a escrever, a contar e se situar no mundo letrado a partir de sua própria vivência, pois, assim, o processo de alfabetização fica bem mais fácil. Freire (2009) critica fortemente o modelo bancário de educação, porque o considera como uma forma mecânica e descontextualizada de alfabetizar o jovem e o adulto.

Rojó (2009, p. 10) já nos aponta sua concepção de alfabetização e a define como a “ação de alfabetizar, de ensinar a ler e a escrever”, que leva o aprendiz a conhecer o alfabeto, a mecânica da escrita/leitura, a se tornar alfabetizado.

Soares (2006) concebe a alfabetização como um processo por meio do qual se adquirem uma tecnologia, a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-las para ler e para escrever. “Etimologicamente, o termo alfabetização não ultrapassa o significado de “levar à

aquisição do alfabeto”, ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever. “A alfabetização é um processo de representação de fonemas em grafemas e vice-versa, mas também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito.” Nesse sentido, essa autora (2003, p.p. 91-92) define a alfabetização [...] como o processo de aquisição da “tecnologia da escrita”, isto é, do conjunto de técnicas – procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e da escrita [...].

Kleiman (1995, p. 20), considerando alfabetização em detrimento de letramento, associa-a à escola: a alfabetização é o processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico), geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso da escola.

Na visão de Tfouni (2006, p.9), a alfabetização pode ser definida assim:

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isso é levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal. A alfabetização pertence, assim, ao âmbito do individual.

Não está sendo fácil conceituar a alfabetização de adultos como também definir suas metas em meio ao mundo globalizado em que estamos vivendo, cheio de mudanças. Essa dificuldade se manifesta devido às questões históricas e às mudanças no contexto social, político e econômico, e com o advento das novas tecnologias, a alfabetização e o letramento podem mudar a história do Brasil.

De acordo com a UNESCO (1976, p. 1), a alfabetização de jovens e adultos é universalmente reconhecida como um fator crucial do desenvolvimento político e econômico, do progresso técnico e das transformações socioculturais, por isso, deve ser parte integrante de todo o plano de educação de adultos.

A questão do analfabetismo está intimamente ligada às transformações por que um país passa em sua trajetória histórico-cultural e econômica. A falta de compromisso com a educação resulta em altos índices de analfabetismo, fracasso escolar e exclusão social, sobretudo no que diz respeito à do jovem e do adulto na escola e no mercado de trabalho. A própria indefinição em relação ao conceito do termo alfabetização, na educação de adultos, e sua verdadeira atuação, faz-nos perceber como a história da EJA, em nosso país, está longe de ter um desfecho imediato, culminando com uma população alfabetizada com índice zero de analfabetismo.

Para que esse desfecho aconteça, faz-se necessário que os alfabetizadores entendam que os altos índices de analfabetismo são encontrados na própria população participante da Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade de ensino cujos educadores precisam ser bem qualificados para atuarem de forma significativa. Nesse sentido, é importante organizar, nos Cursos de Pedagogia, uma área de aprofundamento que enfoque a alfabetização na EJA, juntamente com os assuntos do dia a dia dos alunos que vivenciam fortemente a realidade da vida, e que respeite os seus diferentes espaços de aprendizagem. Isso significa dizer que o processo de educação pode acontecer no ambiente agrícola, na comunidade, na educação popular, na permanente e na não formal, como também dentro das salas de aula.

Essa diversidade de aprendizagens do jovem adulto, adicionada a uma educação que liberte, pode conduzi-lo na sociedade de que faz parte e desenvolver as aptidões de um cidadão rico em conhecimentos, que possa participar do desenvolvimento socioeconômico e cultural de forma consciente e crítica (CASTILLO e LATAPÍ, 1985 apud FERNANDES, 2002, p. 33).

Em seu livro, “Pedagogia do oprimido”, o educador Paulo Freire (2005) defende uma educação que esteja voltada para o adulto analfabeto, que respeite seus conhecimentos e, a partir deles, construa outros, lutando para que sua educação não seja destinada a remediar as falhas dos sistemas sociais e educativos, com o intuito de apenas ensinar àqueles que deveriam ter aprendido na escola, quando crianças. (TORRES apud FERNANDES 2002) afirmam que, do contrário, a educação será de pobres e para pobres, como um remédio, ou seja, uma educação compensatória.

Em suma, podemos constatar que o modelo de alfabetização conscientizadora adotado por Paulo Freire e aplicado nos anos 60 era condizente com a realidade brasileira. Portanto, poderia ser adotado como fundamento para os atuais modelos de alfabetização e oferecer algumas mudanças na estrutura dos cursos e/ou programas ofertados aos jovens e aos adultos. Uma das mudanças significativas que podem ocorrer diz respeito ao aumento do tempo de vivência e de dedicação à alfabetização e à pós-alfabetização dos educandos, na perspectiva de que pudessem atingir um maior domínio dos instrumentos da cultura letrada e ter condições de prosseguir seus estudos usando tais conhecimentos em seu cotidiano de forma crítica e consciente da realidade vigente.

Nesse processo de alfabetização conscientizadora, o conceito de alfabetização vem mudando desde o fim do Século XX, quando surge o termo letramento.

1.2.1 Concepções sobre letramento

A palavra **letramento** originou-se do latim *letras* (letra), mais o sufixo *cy* (qualidade, condição, estado, fato de ser), da palavra que traduzimos do inglês para o português, *literacy*: **letra-** do latim *littera*, e o sufixo-**mento**, que denota o resultado de uma ação, em que obtemos a tradução letramento, ou seja, *literacy* é a condição que o sujeito assume ao aprender a ler e a escrever. Na tradução portuguesa, “letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e a escrever: o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2006, p. 17-18). Portanto, quando um indivíduo consegue sair da condição de ágrafo, por meio da leitura e da escrita, ao fazer uso dela, torna-se letrado, capaz de compreender o mundo a sua volta.

Segundo Soares (2006, p.15), letramento é palavra recém-chegada ao vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas: é na segunda metade dos anos 80, há cerca de apenas vinte anos, que ela surge no discurso dos especialistas dessas áreas.

A pesquisadora Tfouni (1988) oferece uma distinção entre alfabetização e letramento, fazendo com que o termo moderno ganhe uma nova visão no campo das Ciências Linguísticas. Nesse contexto letrado, o mundo se renova para todo jovem e adulto que ingressa no processo de alfabetização e de letramento, visto que se introduzem conteúdos derivados dos saberes adquiridos pelos alunos ao longo da vida e as práticas pedagógicas que respeitam esse conhecimento, diminuindo as dificuldades de aprendizagem ao longo do processo.

Tfouni (2006, p.9) assevera, ainda, que o letramento...

[...] focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita. Entre outros casos, procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escrita de maneira restrita ou generalizada; procura ainda saber quais práticas psicossociais substituem as práticas “letradas” em sociedades ágrafas. Desse modo, o letramento tem por objetivo investigar não somente quem é alfabetizado, mas também quem não é alfabetizado, é, nesse sentido, desliga-se de verificar o individual e centralizar-se no social.

Portanto, os termos alfabetização e letramento apresentam-se como uma nova proposta para ser trabalhada em sala de aula. O educador pode alfabetizar letrando, desmistificar os

signos linguísticos e conscientizar os alunos da realidade social, política e econômica do nosso país, como também apresentar-lhes os diferentes gêneros textuais existentes inculcando neles o hábito de ler diversos textos.

Entender e interpretar o escrito, compreender o que se escreve é uma forma de inserir o aluno na comunidade de leitores e escritores. Segundo Teberosky (1995, p. 06), “dominar a escrita significa ser capaz de “resolver questões práticas, ter acesso à informação e às formas superiores de pensamento e desfrutar a literatura”, ou seja, fazer parte da cultura letrada”.

Fica bem definido que o conhecimento que o aluno adquiriu em um meio assistemático não pode ser desvalorizado perante o conhecimento sistemático adquirido na sala de aula, o que pode ser comprovado pela citação abaixo:

Sabemos que não existe uma única diferença entre um indivíduo que aprendeu a ler e escrever e outro que não sabe fazê-lo, porque são diferenças que vão *além da alfabetização*. Essas diferenças na alfabetização estão associadas a aspectos sociais e econômicos: regiões, grupos e pessoas analfabetas coincidem com miséria e marginalização. Excetuando-se o fator econômico, é quase impossível para uma mente alfabetizada imaginar a vida social dos grupos humanos sem a escrita. A escrita impregna a maioria das instituições sociais que dirigem a vida comunitária: o estabelecimento da identidade, a transmissão da herança, a escolarização. A maneira como pensamos, percebemos e concebemos a linguagem também está influenciada pela escrita. Essas são, entre muitas outras, as razões pelas quais as diferenças são incomensuráveis (TEBEROSKY, 1995, p. 7).

Nessa mesma perspectiva, Soares (2006, p. 24) assim se expressa:

Uma última inferência que se pode tirar do conceito de **letramento** é que um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser **analfabeto**, mas, ser, de certa forma, **letrado** (atribuindo a esse adjetivo sentido vinculado a *letramento*). Assim, um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em *ouvir* a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se *dita* cartas para que um alfabetizado as escreva (e é significativo que, em geral, *dita* usando vocabulário e estruturas próprias da língua escrita), se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixadas em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, **letrado**, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita.

Nessa caminhada, o sujeito constrói, através de sua instrução e profissionalização, uma identidade, que visa atender às necessidades do mundo letrado, além de buscar entender

o significado da realidade a sua volta, mesmo não podendo fazer uso da leitura e escrita por si só.

Quando o adulto analfabeto se envolve nas práticas sociais de leitura e de escrita, mesmo sem saber ler e escrever, consegue desenvolver uma leitura de mundo, através dos conhecimentos que lhes são transmitidos, independentemente do grupo social onde está inserido. O sujeito ágrafo deseja ter acesso à informação, fazer usos sociais da escrita, em toda a sua plenitude, compreender e usar gráficos, esquemas, ícones convencionais e ampliar os conteúdos da alfabetização.

Com base nos estudos de Castellar, Vilhena e Carvalho (2010), alfabetismo é, na verdade, um conceito que disputa espaço com o de letramento. No mundo moderno, dominar os múltiplos letramentos e desenvolver as habilidades dos alunos é um desafio, em especial, das séries iniciais. O termo letrado põe início a uma discussão sobre a verdadeira função de alfabetizar/letrar. Sabemos também que as demais Ciências Exatas e Humanas têm o objetivo de ampliar as possibilidades dos educandos em função de desenvolver a alfabetização junto com o letramento, indo além do ato de alfabetizar. Para tanto, é importante reencontrar o sujeito ágrafo no mundo moderno.

1.2.2 Letramento escolar: leitura e escrita no cotidiano dos alunos do 1º segmento da EJA

As pessoas, em geral, convivem com as mais variadas situações que envolvem práticas de leitura e de escrita na rua, em seu trabalho, no grupo religioso de que fazem parte, na fila de um banco, no caixa eletrônico e nas atividades sociais. Todo esse aprendizado conduz a uma exercitação de letramento em seu cotidiano.

Com base nas práticas de leitura em que o jovem e o adulto se envolvem (leitura oral, áudio-visual, etc.), podemos compreender que ela pode acontecer na extração de informações removidas de textos, em diferentes gêneros e linguagens, como também na leitura oral tão praticada pelos adultos. No entanto, o desafio de ressignificar o processo de aprender a ler na escola, por meio do professor, é evidente. Em vez de ler para aprender a ler, a leitura só tem significado quando orientada por objetivos, mediada por problematizações, conhecimentos e necessidades dos alunos que se envolvem na atividade. Aprender a ler e fazer uso da leitura nas suas práticas sociais só se faz necessário para o indivíduo que articula sua aprendizagem

com a identificação de problemas e questões através dos quais avaliem que é importante intervir na realidade e transformá-la.

Em síntese, como dizia Paulo Freire (1996), ler é mais do que operar uma decodificação de palavras e de frases; é participar das representações do autor do texto lido e mergulhar em representações equivalentes. Vale mais dizer: ler é reescrever o que estamos lendo; é descobrir, imaginar, sonhar. “[...] A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” (PAULO FREIRE, 2001, p. 11).

O desafio das escolas, na atualidade, é romper com as práticas de leitura em que o ato de ler está subjugado a mecanismos de decifração. Tal atitude aponta a necessidade de colocar a escola em outra direção, no que se refere à organização de seu trabalho pedagógico, princípio norteador para uma nova estratégia de atividades que envolvam a leitura e a escrita, permitindo que o leitor possa se sentir parte do texto lido e tomar gosto pela leitura.

Nesse sentido, Freire (1999, p.27) afirma:

A leitura verdadeira me compromete de imediato com o texto que a mim se dá e a que me dou e de cuja compreensão fundamental me vou tornando também sujeito. Ao ler não me acho no puro encaixo da inteligência do texto como se fosse ela a produção apenas de seu autor e de sua autora.

Como vemos, o sentido maior do ato de ler é transformar o leitor em condição de mais informado, ter subsídios para discutir com suporte teórico e argumentos que possam mudar sua vida ou simplesmente pelo prazer de ler e de se interessar pela leitura e pelos livros.

A partir dos estudos de Rojo (2009), no Século XX, a leitura e a escrita têm sido concebidas como algo indispensável para o sujeito que deseja desenvolver suas competências e habilidades do mundo letrado. Mediante essa conjuntura do Século passado, devido às novas tecnologias da informação, da comunicação e ao processo de globalização deste Século, mudam as necessidades educacionais, e a instituição escolar está acompanhando, com passos lentos, a nova formação de uma sociedade globalizada e que exige certo nível de letramento. Ensinar, fazer uso das habilidades de leitura e de escrita e compreender como a linguagem funciona no mundo atual é uma preocupação determinante da escola, ao preparar os alunos para empregarem as práticas de letramento em diferentes contextos na construção da cidadania.

1.3 O mundo do trabalho, o analfabeto e a imagem do alfabetizando da EJA

A alfabetização é considerada um dos pilares da sociedade moderna, pelo valor que a leitura e a escrita representam no modelo de vida das sociedades urbanas e industrializadas e de grande desenvolvimento das ciências e da tecnologia. A história mostra a problemática das desigualdades sociais, políticas e econômicas que as massas populares sofreram e ainda sofrem atualmente. A difusão da alfabetização, ao longo da história da humanidade, e sua distribuição desigual nas sociedades, cada vez mais, impedem as pessoas de viverem sua plenitude como cidadãs. Sobre esse aspecto, relata Galvão (2007, p. p. 14 e 15):

[...] No que se refere ao direito à alfabetização, há ainda um longo caminho a percorrer: organismos das Nações Unidas estimam que 771 milhões de jovens e adultos em todo o mundo sejam analfabetos, a maioria dos quais são mulheres e vivem em países pobres ou nos quais a riqueza é distribuída de modo muito desigual. Há ainda cerca de 100 milhões de crianças e adolescentes que não têm acesso a escolas, o que configura, à luz da visão universalista e das instituições internacionais de justiça, uma violação dos direitos humanos.

Nas instituições escolares, historicamente, a educação ainda tem uma predominância de privilégio das elites. Mesmo em um mundo tão moderno, os pobres e as mulheres ainda são excluídos da escola, e isso os impede de ter acesso a um trabalho mais rentável.

Ser um ágrafa, até hoje, é motivo de fracasso, vergonha, discriminação e de humilhação, especialmente no trabalho, porquanto, não raras vezes, as empresas, em vez de qualificarem o funcionário, por meio de capacitações que garantam o seu lugar na empresa, preferem demiti-lo ou fazê-lo sofrer o constrangimento de exercer outra função inferior ao que fazia antes. Assim, ele se sente inútil, depois de ter desempenhado aquela função durante um longo tempo.

Segundo Galvão (2007, p. 16), a maioria dos analfabetos não se sente com o seu direito à educação violado, mas como uma experiência pessoal de desvio ou fracasso, que culmina com sucessivas experiências de discriminação e de humilhação, que vêm acompanhadas de sentimentos de culpa e de vergonha. Quase todos eles são oriundos do campo, de pequenos aglomerados de pessoas da mesma família, com grau de parentesco próximo, e que sobrevivem, basicamente, da agricultura familiar, que necessita da mão de

obra de todos os familiares desde cedo, o que ocasiona o trabalho precoce e o abandono da escola ou, até mesmo, a ausência na instituição escolar por motivos ainda piores.

É interessante registrar que, como não há escolas na zona rural para atender às pessoas na fase inicial - infância e adolescência – geralmente, a leitura de mundo, para essas famílias, é muito mais útil do que a inserção no mundo letrado, pois, muitas vezes, a escola desvaloriza esse conhecimento e o faz sentir-se desprovido de conhecimento escolar.

Os alunos que trabalham na zona rural não se sentem parte da escola. Muitos deles migram para as cidades maiores, em busca desse mundo moderno e de melhores condições de vida e de trabalho e se deparam com uma realidade em que saber fazer uso da leitura e da escrita é primordial para se ter acesso a melhores trabalhos e ascender economicamente.

As situações de leitura e de escrita foram raras ou até inexistentes para as pessoas que migraram para a cidade, pois o conhecimento da lavoura, da natureza, da dinâmica da vida e dos valores éticos e morais que adquiriram foi repassado oralmente pela família e pelos vizinhos. Esse tipo de conhecimento quase não tem valor na cidade, e suas experiências na agricultura não servem para o trabalho das fábricas e dos canteiros de obras, o que conduz essas pessoas à condição de analfabetas e excluídas.

Melo e Gomes (2007, p. 18, 19) asseveram que quase todos os migrantes são analfabetos e têm uma condição econômica, social e de variantes linguísticas que marca sua condição de pobreza, em uma sociedade de classes e totalmente elitista, onde sofrem com a discriminação em todos os aspectos, em especial, na questão do trabalho, pois lhes são oferecidos, geralmente, o trabalho de doméstica, para as mulheres, e a construção civil, para os homens. Ao chegarem às metrópoles, esses migrantes sofrem por ser rotulados como roceiros, pobres, negros, nordestinos, iletrados e falantes de variedades desprestigiadas da língua portuguesa.

A vida urbana e o mundo letrado requerem do indivíduo conhecimentos de leitura e de escrita, que viabilizam sua vida no sentido financeiro e nas questões burocráticas, sobretudo no âmbito do trabalho. Sem dominar as habilidades de letramento, os analfabetos se sentem excluídos e desqualificados para essa nova realidade que desponta na zona urbana.

Segundo os dados atuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), os analfabetos do País estão concentrados entre homens, maiores de 25 anos e localizados na Região Nordeste. As conclusões constam na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, divulgada pelo IBGE.

Segundo o instituto, a taxa de analfabetismo do país em pessoas com 15 anos ou mais de idade caiu de 10,0% para 9,7%, entre 2008 e 2009, a quinta queda consecutiva. Porém,

mesmo com a queda, esse percentual ainda representa um volume grande em números absolutos, somando 14,1 milhões de pessoas analfabetas no Brasil em 2009. O IBGE também apurou uma discrepância entre analfabetos homens e mulheres: em 2009, a taxa de analfabetismo entre homens de 15 anos ou mais de idade foi de 9,8%, e a das mulheres para a mesma faixa etária foi menor, de 9,6%. Ainda segundo o IBGE, 92,6% dos analfabetos, em 2009, tinham 25 anos ou mais de idade. Entre as regiões, o Nordeste é o destaque negativo, com taxa de analfabetismo em 18,7%, em 2009, a maior do País. A segunda posição entre as regiões com maior proporção de analfabetos ficou com o Norte, com taxa de 10,6%, seguido pelo Centro-oeste (8,0%); pelo Sudeste (5,7%) e pelo Sul (5,5%).

Esses dados nos mostram com maior eficácia o quanto a questão do analfabetismo é uma problemática existente em nosso país e que precisa, verdadeiramente, de uma política que contribua com o melhoramento da população brasileira. Mas, para que isso aconteça, é preciso um investimento maior na educação jovem e adulta.

1.4 A política brasileira para a EJA nas últimas décadas

Toda a população brasileira sofreu com o processo de discriminação e de esquecimento por parte dos governantes em desenvolver uma política pública com financiamento de qualidade para a educação, que deve ser oferecida a toda a sociedade brasileira.

Ao escrever a respeito da política de financiamento da educação, deve-se ter uma ideia clara de onde vêm esses recursos para o investimento na educação. De acordo com a cartilha do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), a maior parte dos recursos para a educação é advinda dos impostos arrecadados nos estados, nos municípios e do governo federal. Devido ao fato de os estados e as regiões brasileiras apresentarem dificuldades distintas, essa divisão não fica com equidade. Mesmo juntando esses recursos, o Brasil ainda não consegue ter uma educação de qualidade, pois ainda encontramos escolas com grandes dificuldades em estrutura, e o dinheiro destinado à educação é desviado por alguns governantes corruptos para outros fins.

O FUNDEB foi aprovado em 06 de dezembro de 2006 e tem por objetivo proporcionar a elevação e uma nova distribuição dos investimentos em educação. O financiamento tem como meta todas as etapas da educação básica: educação infantil (creches para crianças de 0 a

3 anos e pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos), ensino fundamental e ensino médio, além das seguintes modalidades: educação de jovens e adultos, educação indígena, educação quilombola, educação profissional, educação do campo e educação especial.

Através do FUNDEB, a EJA teve uma nova possibilidade de conseguir financiamento, e, embora ainda não sendo o esperado para essa modalidade, já representa um sinal de toda a luta realizada pelos educadores.

Inicialmente, pensava-se que, com o FUNDEB, a EJA passasse a ser valorizada, mas, infelizmente, o aluno da EJA tem um valor inferior aos demais alunos da educação básica. Esse posicionamento do governo frente ao financiamento ligado à EJA só reafirma o desrespeito a essa modalidade e a falta de compromisso por parte dos governos em distribuir esses recursos com justa igualdade entre todos os alunos.

Acreditamos que, apesar das falhas apresentadas pelo FUNDEB, ainda está sendo melhor do que o FUNDEF, pois apresentou um passo importante no financiamento da educação, principalmente no que se refere à EJA, já que o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) não tinha verbas destinadas à educação dos adultos.

Os recursos financeiros ainda são insuficientes para que possamos proporcionar uma educação de qualidade voltada para a formação de cidadãos. A qualidade da educação está diretamente ligada à distribuição dos recursos materiais e financeiros. Os recursos não são a garantia automática de qualidade na educação, mas, sem eles, uma educação de qualidade não se viabiliza.

1.5 O Neoliberalismo e o Sistema Educacional

Nas últimas décadas, temos vivido situações preocupantes nas relações econômicas, comerciais e financeiras, da tecnologia e da cultura, que vêm apresentando vantagens e desvantagens às taxas de desemprego. Um exemplo pontual é a globalização, que é algo muito maior que a tecnologia da informação e comunicação, é tudo o que norteia as nossas vidas hoje (o pão que comemos é feito com farinha vinda do Peru, por exemplo, o relógio é fabricado na China, o calçado que usamos pode ser fabricado em Hong-Kong ou no Uruguai). Neste caso o que usamos aqui pode ser encontrado em qualquer lugar do mundo.

A globalização ocorre nas diferentes áreas, e isso faz com que os países se tornem cada vez mais interligados na economia, no comércio, nas finanças e na cultura. Assim o sistema neoliberal se fecha na uniformização de padrões econômicos e culturais. Nesse processo de globalização, não é algo novo, pois remonta do Século XV, com as grandes navegações em busca do monopólio comercial. Mas foi a partir da década de 90 que ocorreu uma expansão no processo de globalização, que apresenta uma nova ordem global que está presente no poder econômico, de gerenciamento eficaz de recursos humanos e financeiros em vez do político. Trata-se de um discurso baseado no Neoliberalismo e apoiado por ele e adotado pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela Organização Mundial do Comercio (OMC), que defendem a globalização econômica, financeira e comercial.

O neoliberalismo defende a ideia de mercado livre e dá liberdade à iniciativa privada, à redução de gastos públicos e à privatização de empresas estatais. Nesse meio, o Estado defende a ideia da menor influência.

Estado mínimo ou, como muitos autores preferem, Estado do mal-estar social. A lógica do pensamento neoliberal é reduzir os gastos públicos, ou seja, diminuir a participação financeira do Estado no fornecimento de serviços sociais. Isso ajudaria a combater o déficit fiscal do Estado, possibilitaria a redução de impostos e a consequente elevação dos índices de investimento privado. Assim, a economia voltaria a crescer, novos empregos seriam gerados, a renda do trabalhador seria elevada e, dessa forma, os servidores públicos de assistência social passariam a ser desnecessários (PAULA, 1998, p. 53).

As mudanças efetivas na maneira de o Estado atender às políticas públicas mudam, pois se entende que as políticas são denominadas públicas porque devem atingir todo o público, e o governo tem a responsabilidade de assegurar que essas políticas beneficiem efetivamente todas as camadas da população.

De acordo com o pensamento neoliberal, o sistema educacional público brasileiro se apresenta com déficit em sua função de ensinar, pois apresenta altas taxas de evasão, reprovação e muitos jovens e adultos analfabetos. De acordo com os dados apresentados no estudo do FNDE – Módulo - Competências Básicas (2009), a escola pública é apontada como ineficiente e incompetente em sua função básica de ensinar e preparar o aluno para o mercado de trabalho, e uma das soluções para a escola, segundo o Neoliberalismo, seria a condução de

uma reforma administrativa para tornar a escola eficiente, competitiva e capaz de formar profissionais qualificados para o mercado de trabalho. Um aspecto importante a ser entendido é que as políticas que norteiam a educação brasileira são orientadas pelo Banco Mundial, que incentiva a privatização da educação pública defendendo padrões de eficiência nos sistemas de ensino e na gestão dos recursos destinados à educação.

A escola, como instituição pública responsável pela sistematização do saber, não pode estabelecer como meta principal a preparação do educando para o mercado de trabalho. A formação do aluno vai além de só prepará-lo para o mercado de trabalho, posto que existem outros objetivos a serem alcançados, e um deles é preparar o aluno para a vida. Nesse sentido, a escola precisa ser pensada como instituição educativa, com o principal intuito de formar cidadãos para a nossa sociedade, para o mundo do trabalho e para a vida.

1.6 O Banco Mundial e sua influência na educação brasileira

O Banco Mundial (BM), criado em 1944, após a Segunda Guerra Mundial, é o maior provedor de créditos para países em desenvolvimento, com graves problemas sociais. Nos últimos anos, vem tomando muita força no panorama educacional global e, em especial, nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, influenciando diretamente nas questões educacionais e embasando as políticas públicas voltadas para a educação. Esse espaço no mundo era ocupado, anteriormente, pela UNESCO.

Torres (in TOMMASI. et all, 2007, p. 126) nos apresenta em seus estudos a questão do papel do Banco Mundial:

O financiamento não é o único nem o mais importante papel do BM em educação (representando apenas 0,5% da despesa total pelos países em desenvolvimento nesse setor); o BM transformou-se na principal agência técnica em matéria de educação para os países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a fim de sustentar tal função técnica, em fonte e referencial importante de pesquisa educativa no âmbito mundial. No próprio termo do BM: 'no plano internacional o Banco é a maior fonte de assessoria em matéria de política educacional e de fundos externos para esse setor' (BM, 1992, p.7).

O banco mundial vem desenvolvendo, nos sistemas educacionais brasileiros, uma política de equidade e qualidade no ensino de primeiro grau, articulando uma proposta de

reforma educacional nos países em desenvolvimento e em toda a América Latina. Iniciativa recomendada pela fragilidade do modelo educativo vigente, o BM está em busca de melhoria da qualidade de educação nesses países, com o intuito de contribuir com a proposta de melhoramento na qualidade e na eficiência da educação oferecida nas escolas públicas.

No entanto, o BM apresenta mudanças no setor educativo há mais de trinta anos e, cada vez mais, vem ampliando sua abrangência em matérias de políticas educacionais, em todos os níveis de educação, ou seja, da educação básica até a pós-graduação, com empréstimos altíssimos para o desenvolvimento do setor educacional.

De acordo com os estudos de Torres, 2007 o Banco Mundial priorizou a oferta de investimentos na educação infantil e nas séries iniciais, dedicando-se também às questões indígenas e étnicas. No que se refere à educação dos adultos, o BM não tem prioridade, mas terá em documento específico que ainda será elaborado. No pacote de reforma educativa proposto pelo Banco Mundial, em meio à situação atual em que os países em desenvolvimento se encontram, a alfabetização dos adultos permanece como sendo um grande problema. Isso se deve ao fato de o investimento em políticas educacionais para sanar o número de analfabetos ser muito alto e a frequente ineficiência das escolas públicas em corrigir esse grande número de pessoas analfabetas. O BM investe em negociações sobre os salários dos professores, em programas de construções escolares e em reformas curriculares que contribuam para a aprendizagem dos adultos e um efetivo melhoramento em seu grau de escolaridade, o que o conduzirá a ter acesso ao mundo do trabalho e a avançar nos setores econômicos, sociais e políticos do país.

O Banco Mundial incentiva à centralização dos recursos públicos na educação básica, vista como um dos maiores benefícios sociais e econômicos, considerando um alavanque essencial para o desenvolvimento sustentável para amenizar a pobreza. Na opinião do BM,

a educação é a pedra angular do crescimento econômico e desenvolvimento social e um dos principais meios para melhorar o bem-estar dos indivíduos. Ela aumenta a capacidade produtiva das sociedades e suas instituições políticas, econômicas e científicas e contribui para reduzir a pobreza, acrescentando o valor e a eficiência ao trabalho dos pobres e mitigando as consequências da pobreza nas questões vinculadas à população, saúde e nutrição [...] o ensino de primeiro grau é a base e sua finalidade fundamental é dupla: produzir uma população alfabetizada e que possua conhecimentos básicos de aritmética capaz de resolver problemas no lar e no trabalho, e servir de base para sua posterior educação (BM, 1992 p. 2).

A concepção de educação, na visão dos que fazem o Banco Mundial, está totalmente voltada para as questões do desenvolvimento econômico e deixa em evidência a formação do indivíduo para um mercado de trabalho competitivo e dinâmico.

Em resumo, podemos concluir que, para o BM, os outros ambientes educativos, como a família, a comunidade, os meios de comunicação etc. ficam desconsiderados, como também a modalidade educativa não formal e a educação dos adultos, pois esses ambientes em nada podem contribuir para a formação do indivíduo no setor econômico.

2. ESTRUTURA METODOLÓGICA DA PESQUISA

2.1. Abordagem metodológica

Para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, optamos por uma metodologia que leva em consideração os aspectos qualitativos e quantitativos baseados em uma pesquisa empírica, realizada por meio de questionários, estruturados com sete questões fechadas, baseadas na dimensão ensino e aprendizagem da leitura e da escrita no Ensino Fundamental - I N D I Q U E (Indicadores da Qualidade da Educação) para a professora entrevistada. Para os educandos da EJA, foi utilizado outro questionário, com base na análise das práticas de letramento, segundo as questões elaboradas por Vóvio (2007, in ROJO, 2009).

2.2 Procedimentos metodológicos

Relembramos que o objetivo principal de nossa pesquisa é o de conhecer qual o nível de letramento dos alunos alfabetizando do 1º segmento da EJA e qual a importância de saber ler e escrever para o mercado de trabalho. Partimos da hipótese de que dominar a leitura e a escrita e empregá-las socialmente é importante para se ingressar no mercado de trabalho.

Sem a pretensão de esgotar o tema, a coleta de dados visou mostrar os níveis em que se encontram os sujeitos da pesquisa, buscando nelas as concepções docentes e, sobretudo, a persistência nas classes de alfabetização. O estudo foi realizado através do acompanhamento sistemático da sala da alfabetização, observando-se os participantes com a professora titular da classe, sempre buscando compreender suas razões para propor uma determinada dinâmica em sala de aula.

Devemos ressaltar que o letramento, na atualidade, é muito importante para a inclusão do sujeito no mundo do trabalho e na vida social.

2.3. Campo da pesquisa

A pesquisa foi realizada nas Escolas Municipais Sérgio Luiz de Melo Gomes, Unidade Escolar Raymundo Asfora e a Escola Municipal Maria Eulália Cantalice Cavalcante, todas situadas na área urbana da cidade de Guarabira-Pb.

Em relação à estrutura, todas as Escolas pesquisadas têm uma estrutura física adequada para estar em funcionamento.

2.4 Sujeitos da pesquisa

A perspectiva epistemológica que fundamenta este trabalho tem nas relações dialógicas a base do respeito e do conhecimento. Tais relações se estabelecem tendo como referência diferentes lugares que os indivíduos ocupam na sociedade, em momentos diversos de sua história pessoal e profissional e de onde proferem seus enunciados. Freire (1996, p. 136) afirma que “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História”. Nessa perspectiva, os sujeitos da pesquisa permitem, gentilmente, que o pesquisador entre em sua vida e em suas experiências e cedem suas memórias em favor do trabalho acadêmico, como mostra este trecho de sua fala:

[...] Testemunhar a abertura aos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa. [...] A experiência da abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por se saber inacabado. Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas (FREIRE, 1996, p. 136).

É do conhecimento de parte dos educadores que a maioria dos alunos da EJA tem uma bagagem de conhecimentos muito grande. Esses conhecimentos podem ser aproveitados em sala de aula da melhor maneira possível. Neste trabalho, tentamos fazer uso dessa troca de experiências entre o educador, o educando e o pesquisador.

Os sujeitos desta pesquisa foram os educandos do 1º segmento da EJA do turno da noite (turma única) e as educadoras alfabetizadoras da Educação de Jovens e Adultos das referidas Escolas da área urbana da cidade de Guarabira-PB. As escolas apresentam um nível alto de evasão escolar. Na Escola Sérgio Luiz de Melo Gomes, existem dez alunos matriculados, mas, apenas seis estão frequentando. Na Unidade Escolar Raymundo Asfora, há 30 alunos matriculados, mas apenas dois frequentam as aulas, e a Escola Municipal Maria Eulália Cantalice Cavalcante tem 30 alunos matriculados e 12 frequentando.

Identificamos que uma parte desses alunos é de classe baixa e mora nos bairros periféricos da cidade de Guarabira.

2.5 Instrumentos de coleta de dados

O instrumento empregado para desenvolver esta pesquisa foi um questionário com sete perguntas fechadas para a educadora que enfocam as práticas de leitura e de escrita dos alunos e a metodologia da docente. Para os alfabetizandos, foi utilizado um questionário com 17 perguntas de múltipla escolha, relacionadas à questão de alfabetização e de letramento. No que se refere à alfabetização e ao letramento no trabalho, foram feitas quatro perguntas de múltipla escolha e seis questões fechadas. Todo esse processo foi acompanhado pela pesquisadora, para esclarecer possíveis dúvidas.

O levantamento dos dados, para efeito de apresentação final, resultou em tabelas estruturadas, seguindo, preferencialmente, o nível de letramento dos alunos e a importância da alfabetização e do letramento no trabalho. Por vezes, esses dados foram associados a gráficos e/ou tabelas, com o intuito de visualizar melhor as informações. Os alunos entrevistados foram identificados da seguinte forma: A1; A2; A3; A4; A5; A6; A7; A8; A9; A10; A11; A12; A13; A14; A15.

Nos Quadros 1 e 2, a seguir, apresentamos os perfis das educadoras representadas por P1 e P2. A terceira professora não entregou seu questionário, por esse motivo, não constam dados dela.

Quadro 1 – Perfil das professoras, sujeitos da pesquisa

Professora	Idade	Formação	Situação funcional	Escola em que atua	Tempo de magistério	Tempo de serviço na escola atual
P.1	36 anos	Curso Normal de nível médio; graduada em Licenciatura Plena em Letras	Professora efetiva	Sérgio Luís de Melo Gomes	15 anos	04 anos
P.2	33	Graduada em História	Professora	Escola Municipal Maria Eulália Cantalice Cavalcante	06 anos	04 anos
P.3	_____	_____	_____	_____	_____	_____

Fonte: Entrevista individual com as professoras participantes da pesquisa

Quadro 2 – Perfil dos alunos entrevistados

Nome	Idade	Ocupação
A1	14	Desempregado
A2	32	Do lar
A3	40	Costureira e do lar
A4	15	Do lar
A5	33	Autônomo (às vezes, carregador de bagagem)
A6	26	Do lar
A7	40	Auxiliar de serviços gerais
A8	18	Não trabalha
A9	33	Doméstica
A10	33	Auxiliar de serviços gerais
A11	43	Comerciante
A12	18	Do lar
A13	70	Aposentada
A14	58	Desempregado
A15	33	Auxiliar de serviços gerais

Fonte: Alunos alfabetizando da EJA do município de Guarabira - área urbana (2010)

2.6 Análise dos dados

Os dados produzidos, ao longo do trabalho de campo desta pesquisa, são apresentados em forma de textos: os construídos no diário de campo, em que se registram as observações feitas na escola e as reflexões da pesquisadora e dos sujeitos acerca das observados, e os produzidos pela pesquisadora e nas entrevistas individuais.

No processo de análise, foi necessário enfrentar o desafio de produzir sentido para o vivido e o dito, assim como na escrita se coloca o desafio de apresentar o que se criou no processo de pesquisa de forma inteligível. As categorias de análises foram construídas a partir da questão central da pesquisa, que se desenvolveu abrangendo o tema: Alfabetização e letramento no 1º Segmento da EJA: sua importância para o mundo do trabalho.

A análise do questionário respondido pela educadora foi composta por dois pontos de reflexão: 1- O plano de aula da alfabetização corresponde à proposta pedagógica para a EJA; 2- A professora alfabetizadora oportuniza acessibilidade à biblioteca da escola para os alunos da EJA.

As análises dos questionários respondidos pelas educadoras foram compostas por duas categorias: 1- Educação de jovens e adultos: do plano e da proposta pedagógica; 2- Práticas de letramento da Escola à vida cotidiana.

Para analisar as entrevistas dos educandos, foram criadas três categorias, a partir do questionário elaborado, a saber: 1- Habilidades de leitura e de escrita e práticas letradas em que os alunos se envolvem; 2 - A faixa etária e o tempo declarado de estudo; 3 - Alfabetização e letramento no mundo do trabalho.

3. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO E DE LETRAMENTO - DA VIDA COTIDIANA AO MUNDO DO TRABALHO

3.1 Educação de Jovens e Adultos: do plano de aula à proposta pedagógica

Tendo em vista o planejamento de suas aulas, levando em consideração a realidade dos educandos e a sua prática pedagógica em sala de aula, procuramos saber da educadora responsável pela alfabetização inicial de que maneira ela elabora e realiza seu plano de aula, considerando as orientações da proposta pedagógica para a EJA, ao que ela afirmou: “Considero a proposta pedagógica para a EJA, mas deve-se levar também em consideração o conhecimento prévio do aluno, isto é bastante importante para se elaborar o plano de aula (Educadora entrevistada)”.

Muitos educadores da EJA ainda não estão preparados para alfabetizar jovens e adultos. Vale ressaltar como ponto relevante a seleção de conteúdos na EJA, que atendam aos anseios dos educandos.

Quando perguntadas sobre que gêneros textuais são selecionados para a prática de leitura com os alfabetizandos, as professoras assim se expressaram:

Utilizo textos: musicais, informativos de jornais, históricos, reflexivos e alguns construídos por eles mesmos. (P2)

Eu utilizo textos que tenham relação com a temática ou tema trabalhado; identificação de letras, sílaba e frases; relação com a figura ou gravura em estudo; nível de complexidade em relação ao perfil dos educandos; interpretação ou ilustração temática; contextualização do perfil sócio-etário dos educandos; nível de interesse dos educandos; temas em discussão na atualidade; textos dos educandos produzidos em sala de aula (P1).

Como observamos, a professora que respeita o perfil dos alunos trabalha com textos que tenham relação com sua realidade. Ela usa figura e gravuras, mas respeita os educandos jovens e adultos. De acordo com Gadotti [S.D.], muitos professores alfabetizadores não conseguem respeitar a experiência de vida dos alunos, que faz uma relação com as figuras e as palavras estudadas. Muitas vezes, essas figuras são infantilizadas e constroem o adulto, porque o colocá-lo diante de uma situação de humilhação e de desrespeito.

Há que se ressaltar que os jovens e adultos alfabetizados tiveram seu direito desrespeitado quando a educação lhes foi negada na infância e, ao retornarem à escola, esse direito deve ser posto em prática com mais vigor, para afirmar sua condição de adultos com um saber adquirido ao longo da experiência da vida. O educador da EJA deve levar em conta essa experiência em sua metodologia e abordar os conteúdos trabalhados, fazendo uma ligação com os conteúdos estudados e a vivência dos educandos.

Em sua prática de sala de aula, o alfabetizador deve empregar uma metodologia voltada para o público jovem e adulto, por meio de livros e temáticas que tratem do conteúdo sistematizado com o conhecimento popular e criar situações de aprendizagem que respeitem sua experiência de vida e sua equipagem cultural, adquirida ao longo de sua história.

A proposta pedagógica para a EJA foi elaborada de forma a servir como referencial para se trabalharem as áreas do conhecimento adequadas à realidade do público-alvo e surgiu como consequência da parceria entre ONGs ou Ação Educativa e o MEC. Foi publicada com o título Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento. Em sua elaboração, contou com a participação de diversos educadores e entidades ligados à EJA e objetivou constituir-se como um documento de referência para essa modalidade de ensino. Esse documento foi elaborado tendo-se a intenção de que fosse um subsídio para a elaboração de projetos e propostas curriculares que envolvam a EJA. Trata-se de um importante instrumento de apoio, com a qualidade de referencial que lhe é conferida pelo notório saber de seus autores (BRASIL, 1999, p. 5).

Quando questionada sobre elaborar seu plano de aula considerando as orientações da proposta pedagógica para a alfabetização de jovens e de adultos (pergunta 1 do questionário), a professora P2 afirma: “os conteúdos dirigidos a essa clientela são elaborados com o objetivo de facilitar e desenvolver nos mesmos a capacidade de ler e escrever, além de facilitar o seu cotidiano”.

A assertiva de que a proposta pedagógica para a EJA se apresenta como uma ferramenta indispensável para todo educador da EJA é inquestionável, pois os direcionamentos que apontam servem de orientação didática para o docente planejar melhor suas aulas e desenvolver as habilidades dos alunos.

Publicada em caderno único, relativo ao 1º segmento (séries iniciais), a Proposta Curricular enfatiza referências para as disciplinas Língua Portuguesa, Matemática e estudos da sociedade e da natureza, deixando de lado algumas disciplinas que estão vinculadas às

chamadas “linguagens não verbais”, como Educação Física e Educação Artística, bem como temas relacionados à educação para o trabalho (BRASIL, 2001a, p.9).

A proposta curricular faz referência ao planejamento e à avaliação e traz um conjunto de bibliografias que foram utilizadas em sua estrutura, além de conteúdos e objetivos didáticos a serem trabalhados e atingidos nas turmas da EJA, incluindo sugestões de estratégias a serem utilizadas pelos docentes.

Segundo a proposta Curricular para o 1º seguimento da EJA, entre os vários objetivos, podemos destacar alguns que reforçam o objeto deste estudo, quais sejam:

- Dominar instrumentos básicos da cultura letrada, que lhes permitam melhor compreender e atuar no mundo em que vivem.
- Incorporar-se ao mundo do trabalho com melhores condições de desempenho e participação na distribuição da riqueza produzida.
- Aumentar a auto-estima, fortalecer a confiança na sua capacidade de aprendizagem, valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social.
- Reconhecer e valorizar os conhecimentos científicos e históricos, assim como a produção literária e artística como patrimônios culturais da humanidade.
- Exercitar sua autonomia pessoal com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais. (BRASIL, 1999, p. 47-48)

Portanto, é relevante que o educador considere esses objetivos ao executar o seu plano de aula, em que se contemplem estratégias por meio das quais os jovens e os adultos participem diariamente de atividades planejadas para a aprendizagem progressiva do funcionamento da leitura e da escrita.

3.2 Práticas de letramento: da Escola à vida cotidiana

Segundo Street (1993, p.p. 12-13), apud Magalhães (2008, p. 204), as práticas de letramento incorporam “eventos de letramentos”, ocasiões empíricas integradas pela escrita e “modelos populares”.

No contexto atual, essas práticas podem ser vivenciadas de diversas maneiras, como por exemplo, na letra de uma música, em uma dança folclórica, que representa a cultura de um povo, em um poema, em uma propaganda de televisão, em uma placa, nos anúncios de rádio etc. E se, verdadeiramente, forem compreendidas de forma crítica, está se fazendo uso das práticas de letramento nos contextos sociais.

Soares (2006) destaca que a diferença existente entre os eventos e as práticas de letramento escolares e os eventos e as práticas de letramento sociais é de que o letramento social corresponde ao conhecimento do mundo de que nos fala Freire (1970). No entanto, o letramento escolar corresponde às habilidades específicas em relação à apropriação dos processos de leitura e de escrita.

Freitas (S.D. p. 6) explica que,

na escola, eventos e práticas de letramento são planejados e instituídos, selecionados por critérios pedagógicos, com objetivos pré-determinados, visando à aprendizagem e quase sempre conduzindo a atividade de avaliação. A escola, de certa forma, autonomiza as atividades de leitura e de escrita em relação a suas circunstâncias e usos sociais, criando seus próprios e peculiares eventos e suas próprias e peculiares práticas de letramento.

Nessa perspectiva, recorreremos, ainda, a Marcuschi, (2001) quando denuncia:

[...] até mesmo os analfabetos, em sociedades com escrita, estão sob influência do que contemporaneamente se convencionou chamar de práticas de letramento, isto é, um tipo de processo histórico e social que não se confunde com a realidade representada pela alfabetização regular e institucional. [...] o letramento não é o equivalente à aquisição da escrita. Existem 'letramentos sociais' que surgem e se desenvolvem à margem da escola, não precisando serem por isso depreciados (MARCUSCHI, 2001, p. 19).

Em nossa vida cotidiana, podem ocorrer eventos e práticas de letramento que são vivenciadas na sociedade e na área profissional, desde que as interpretações possam dar sentido aos usos da leitura e/ou da escrita nas situações em que foram empregadas.

A professora 2, ao responder a questão 2 do questionário, que diz respeito à leitura dos alunos diariamente em sala de aula, afirma: “alguns desenvolveram a capacidade de ler, outros ainda estão silabando. O material destinado a eles pouco ajuda nesse processo da aprendizagem”.

Nesse processo de aquisição da leitura e da escrita, é muito importante que o aluno tenha contato com livros que despertem neles o interesse pela leitura e, consecutivamente, o gosto de escrever.

Segundo a pesquisa realizada, os alunos alfabetizados da EJA estão nesse nível de leitura e de escrita, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Habilidades de leitura e de escrita

Níveis de leitura e de escrita	Quantidade
Lê e escreve com dificuldade.	04
Compreende o que lê, mas não escreve.	03
Não sabe ler, mas escreve.	08
Total	15

Fonte: Alunos alfabetizando da EJA no município de Guarabira –PB - área urbana (2010)

De acordo com a tabela 01, os alunos apresentam dificuldades em relação à leitura e à escrita e não conseguem compreender o que leem, o que significa que são analfabetos funcionais. De acordo com a UNESCO (1978), podem ser consideradas analfabetas funcionais as pessoas capazes de utilizar a leitura e a escrita e as habilidades matemáticas para fazer frente às demandas de seu contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida, porém não compreendem bem o que leem e escrevem.

No que se refere às perguntas do questionário da pesquisa que envolvia as práticas de escrita ou de leitura, quase todos os alunos responderam que nunca praticavam. No que diz respeito às práticas de leitura que se realizam em meio aos serviços domésticos (em lista de compras, receitas e compras de produtos, conciliando a imagem ao produto), as mulheres cuja ocupação eram os afazeres do lar marcaram que sempre as praticavam.

Na educação de jovens e adultos, os conteúdos trabalhados em sala de aula devem partir das necessidades dos alunos de forma a lhes ajudar em sua vida cotidiana, que pode ser no trabalho ou nas atividades domésticas, de maneira que eles possam ler anúncios simples, uma bula de remédio, observar a data de validade de um produto, fazer bilhetes simples, saber pedir ou dar informações. Essas são algumas práticas letradas mais simples, mas quando nos referimos a práticas de letramento em um sentido cultural (como ir ao teatro, ir a shows de música ou dança, ir a museus ou exposições de arte), para a maioria, essa prática está longe de sua realidade e de sua vida cotidiana.

Tabela 02: Práticas letradas em que os alunos se envolvem

	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
1. Ir ao cinema	00	01	02	12
2. Ir ao teatro	00	03	01	11
3. Ir a shows de música ou dança	03	07	00	05
4. Ouvir noticiário no rádio	10	05	00	00
5. Ouvir outros programas no rádio	10	04	01	00
6. Assistir a minisséries na TV	06	04	02	03
7. Assistir a jornais na TV	10	04	01	00
8. Assistir a filmes na TV	06	03	03	03
9. Assistir a outros programas na TV	05	06	02	02
10. Ir a museus ou exposições de arte		01	02	12

Fonte: Alunos Alfabetizando da EJA no município de Guarabira -PB, área urbana (2010)

A tabela 02 indica que, em concordância geral, os alunos têm práticas de letramento consideravelmente indicadas para o nível socioeconômico do nosso público-alvo, visto que certas práticas letradas requerem uma condição econômica mais favorável, pois frequentar cinemas, teatros, ir a shows, museus e exposições de arte, em nosso país, ainda não é uma prática da maioria da população, apenas as pessoas das classes média e alta têm essa oportunidade. Além disso, em nossa realidade social, não cultivamos essas práticas, e a cidade não oferece esses eventos culturais.

O letramento consiste no uso de práticas sociais de leitura e de escrita, tais como as manifestações culturais, como, por exemplo, quando assistem a um filme e têm uma visão crítica da temática abordada; quando fazem uma leitura crítica de um quadro, de uma escultura, de um poema e ainda sabem interpretar manuais, receitas e bulas de remédio. Os hábitos culturais e linguísticos fazem parte de uma cultura letrada.

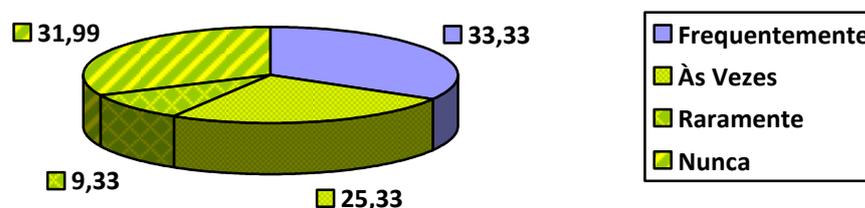
No Brasil, as práticas letradas ainda são privilégio dos grupos mais poderosos - as elites, que têm acesso a músicas clássicas, participação em exposições de artes, esculturas, pintura em tela e demais manifestações poéticas e literárias.

As práticas de letramento incluem os indivíduos no mundo letrado, o que culmina com novos hábitos na classe menos favorecida social e economicamente da sociedade brasileira. Para que esse efeito aconteça, a escola precisa desempenhar seu papel de promover uma alfabetização emancipadora, como a defendida por Paulo Freire, e, em nome do Estado, oferecer aos alunos o direito à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer e ao desenvolvimento de toda a sua potencialidade intelectual, física, psíquica e cultural.

No pensamento de Soares (1998), acrescentado pela proposta freireana de alfabetização, essa seria revolucionária, crítica, na medida em que colaboraria não para que o cidadão se adaptasse às exigências sociais, mas para que resgatasse a autoestima, construísse identidades fortes, potencializasse poderes, valorizasse a cultura local e crescesse junto com a evolução do tempo.

Na sequência, apresentamos o gráfico 01, onde se destacam as práticas letradas, em percentual, em que os alunos entrevistados se envolvem.

Gráfico 01 - Porcentagem de Práticas Letradas em que os alunos entrevistados se envolvem



Fonte: Alunos da Alfabetização da EJA nas Escolas do município de Guarabira – PB – área urbana (2010)

De acordo com o gráfico 01, as práticas letradas em que os poucos alunos se envolvem são as de ouvir noticiários no rádio e assistir a jornais e a filmes na TV. Essas são práticas que auxiliam estes alunos jovens e os adultos a terem uma visão mais crítica da realidade e a estarem informados sobre o que acontece em seu país e no mundo. Esse público, embora não apresente um envolvimento maior nas práticas letradas, como ir a museus, a exposições de arte embora pouco dos alunos entrevistados participe de práticas letradas, a diferença entre os que frequentemente têm hábitos de letramento e os que não têm é muito grande, em relação aos que as vivenciam (33,33%), enquanto os que às vezes, raramente e nunca participam se constituem em 66,65%. Ficou constatado que os alunos tentam adquirir práticas letradas, mas algumas não condizem com sua realidade socioeconômica.

A atuação da instituição escolar, nesse contexto, é fundamental em nossa pesquisa, pois nos apresenta a realidade da escola pública, que pouco faz para inserir esses alunos em práticas de letramento. Além disso, eles não são incentivados a fazer empréstimos de livros do

acervo da escola para lerem em casa ou na sala de aula, a professora não trabalha com eles a leitura, não indica livros para serem usados em atividades relacionadas às matérias escolares, e os textos que produzem não são disponibilizados na biblioteca.

Com esse quadro, essa instituição escolar pública não consegue proporcionar aos alfabetizandos da EJA práticas letradas. Por essa razão, os professores e todo o corpo pedagógico devem reavaliar suas práticas e tentar mudar sua postura em relação à escola no que diz respeito à inclusão desses discentes.

Tabela 03. Considerando faixa etária e tempo declarado de estudo

Identificação dos alunos	Idade	Quantos anos afastados (as) da escola	Ano de desistência	Escolarização
A1	14	_____	06 anos	Alfabetização
A2	32	10		Alfabetização
A3	40	05	08 anos	Alfabetização
A4	15	05		Alfabetização
A5	33	10	05 anos	Alfabetização
A6	26	04	10 anos	Alfabetização
A7	40	20		Alfabetização
A8	18	05	05	Alfabetização
A9	33	10		Alfabetização
A10	33	10		Alfabetização
A11	43	30		Alfabetização
A12	18	06		Alfabetização
A13	70	30		Alfabetização
A14	58	30		Alfabetização
A15	33	10		Alfabetização

Fonte: Questionário respondido pelos alunos- área urbana (2010)

A tabela 03 corresponde a o quanto a escola e a sociedade, de modo geral, foram negligentes com esses alunos. Conforme o que prega Rojo (2009), “no Brasil, a reação da escola com os meios populares é de exclusão e de fracasso”. Na tabela acima, o número de estudantes que abandonam a escola ou são reprovados nas séries iniciais é bastante representativo, o que se comprova pela quantidade de anos em que ficaram afastados da escola. Trata-se, então, de uma amostra significativa do fracasso escolar, pois o normal seria esses alunos continuarem seus estudos.

Essa é a realidade excludente da escola no Brasil – homens trabalhadores e chefes de família devem estar no mundo do trabalho não qualificado, mão de obra barata, e não mais na escola. Isso aconteceu mesmo na última década do Século passado, onde o acesso universal ao ensino fundamental foi garantido, mas não, como vimos, a permanência e o sucesso escolar dos meios populares (ROJO, 2009, p. 21).

Em todos os sentidos, na sociedade brasileira, as camadas populares sofrem com a exclusão escolar, a falta de oportunidades para permanecer na escola e no mundo letrado, sem ter seus direitos respeitados, fato que culmina com a ausência das mesmas chances de poderem concluir os estudos e terem um trabalho digno.

3.3 Alfabetização, letramento e o mundo do trabalho

O trabalho é uma atividade que envolve as melhorias do ser humano, sua busca pela ascensão social e a segurança de ter uma vida melhor. Manfredi (2002) nos apresenta uma concepção a respeito do trabalho como uma atividade social fundamental para assegurar a sobrevivência de homens e mulheres e para o bom funcionamento das sociedades.

Na busca por melhorias de vida, o analfabeto vê na escolarização a resposta para o mercado de trabalho tão competitivo e que exige, cada vez mais, um grau maior de letramento das pessoas. Seguindo esse pensamento, expusemos as respostas dos jovens e dos adultos que estão na escola novamente para aprender a ler e a escrever, que mostram a influência da leitura e da escrita para o mundo do trabalho, como vemos nas respostas a seguir:

Eu vim pra escola para poder ter um emprego bom, conseguir um emprego, porque de trabalho que paga pouco eu já tô cansado, eu quero agora é poder correr atrás dos meus sonhos e ter um emprego que eu posso viver melhor. (A1, 14 anos).

Aprender a ler e a escrever para assim, poder continuar meus estudos e entrar em uma faculdade, e poder ter oportunidade de ter um trabalho melhor. (A4, 15 anos).

Ter o conhecimento é muito importante, aprender a ler e escrever e assim poder melhorar em minha profissão, de costureira, preciso anotar o nome das pessoas que me encomendam as roupas e tirar as medidas do corpo para eu poder fazer as roupas, eu preciso anotar tudo bem direitinho se não, eu esqueço. E também me serve para eu fazer os cálculos de quantos vestidos eu fiz e quanto gastei para fazer a roupa, e deste modo poder cobrar direitinho o meu trabalho. Para saber fazer tudo isso eu preciso ter o conhecimento da leitura e da escrita. (A2, 32 anos).

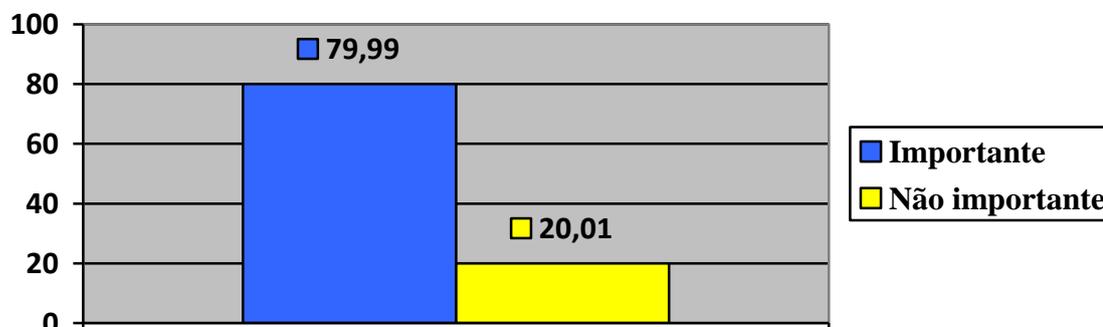
Todos esses alunos sentiram que é necessário ler e escrever em seu cotidiano. A Aluna 1 e o Aluno 4, por exemplo, conseguem perceber que as melhorias para a sua vida podem acontecer através da escolarização. O retorno à escola é uma nova oportunidade de ingressar no mercado de trabalho ou de melhorar dentro do trabalho em que já exercem atividades e de crescer em relação aos estudos. Já a Aluna 2 sente vontade de melhorar nos estudos, pois essa é uma forma de expandir seu trabalho de costureira, porque entende que esse aprendizado poder garantir a credibilidade dos seus clientes. Na escola, pretende melhorar na leitura e na escrita, ter acesso ao conhecimento sistematizado e relacioná-lo ao conhecimento adquirido nas práticas da vida. A única exceção está na visão do Aluno 5, para quem a escolaridade não influencia em seu trabalho.

Não acho que se tenha necessidade de aprender a ler e escrever para trabalhar, no meu trabalho para fazer as compras das pipocas para vender em meu carrinho, não preciso saber ler e escrever faço conta de cabeça e dá tudo certo, todo mundo fica admirado, os meus clientes também, e estou indo bem no meu comércio, vim pra escola pra poder aprender mais, quero saber ler e escrever, acho importante a gente assinar o nome e ler as coisas. Só isso que serve a leitura. (A5, 33 anos).

Como vimos, esse alfabetizado da EJA não acha necessário saber ler e escrever para realizar o seu trabalho. Ele afirma que, em seu comércio, as práticas de letramento não são necessárias porque não têm uma relação direta com a atividade exercida e o aprendizado da leitura e da escrita. Portanto, não consegue ver na escolarização a oportunidade de ascender em sua vida profissional e pessoal e, apesar de estar de volta à escola, nega a importância da alfabetização e do letramento em seu trabalho. Para ele, basta fazer uso da leitura e da escrita para escrever seu nome e poder lê-lo. Esse pensamento está muito distante de nossa realidade letrada, em meio a tantas mudanças tecnológicas e sociais.

Essa visão de alfabetizado foi mudada pelo UNESCO, em 1958, quando o alfabetizado ainda era concebido como um sujeito capaz de ler e de escrever um enunciado simples, relacionado à sua vida diária. Esse conceito sofreu várias mudanças até hoje, mas esse aluno, ainda preso ao passado, concebe a alfabetização nos moldes tradicionais.

Gráfico 2. A importância da leitura e da escrita para o mundo do trabalho



Fonte: Questionário respondido pelos alunos – Área urbana (2010)

O gráfico 2 teve como base as questões 08, 09 e 10 do questionário respondido pelos alunos. Este, indica-nos que a maioria dos entrevistados concorda que a leitura é importante para a escrita e para o mundo do trabalho, o que corresponde ao percentual da pesquisa realizada.

Vale ressaltar que a maioria dos entrevistados respondeu positivamente quando questionados a respeito da influência da leitura e da escrita para o trabalho e para sua vida, como podemos comprovar no Gráfico 2.

O aprendizado das práticas de letramento, no desenvolvimento da alfabetização, é ímpar no processo de ensino e aprendizagem, desde que os jovens e os adultos sejam respeitados em seu conhecimento, no seu tempo e em suas práticas de letramento, e mesmo que o seu raciocínio não tenha sido desenvolvido para o conhecimento científico pleno, requerido para o letramento escolar, eles têm experiência da vida, algo tão importante para o ser humano.

Pelo exposto, ficou evidenciado o quanto a leitura e a escrita são relevantes para se conseguir um trabalho no mundo moderno.

4. CONCLUSÃO

Neste trabalho, procuramos mostrar o quanto a alfabetização e o letramento são importantes para o sujeito poder atuar criticamente na sociedade de que faz parte e que, como membro dessa sociedade, precisa interagir de forma a transformar a realidade em que esteja inserido.

Tecemos nossas considerações a partir de dois focos eminentes: o primeiro diz respeito à relação entre os termos alfabetização e letramento; o segundo refere-se às práticas de leitura e de escrita na escola e na vida cotidiana e sua contribuição para o mundo do trabalho.

No que se refere à alfabetização e ao letramento na Educação de Jovens e Adultos, ficou claro que sempre se pensou em uma educação compensatória, cujo objetivo fosse o de amenizar os índices de analfabetismo em nosso país. No entanto, não se buscava uma educação transformadora e que libertasse o povo para se conscientizar da realidade em que vive, de forma que pudesse se organizar para lutar pelos seus direitos e ser responsável em relação aos seus deveres.

No Brasil, a alfabetização de jovens e de adultos foi pensada com o intuito de oferecer às massas populares o mínimo de educação que servisse para trabalhar formando mão de obra sem muito custo. Em quase todo o processo histórico do nosso país, não havia interesse em alfabetizar letrando, pois as pessoas sem letramento são consideradas mais fáceis de serem manipuladas pelo poder capitalista que, cada vez mais, instiga o consumismo na sociedade atual. Paulo Freire trouxe uma nova concepção a respeito do que seja alfabetizar jovens e adultos, porque entendia que o sujeito deve participar das práticas sociais de leitura e de escrita.

Sob nosso ponto de vista, a práxis pedagógica defendida por Freire só será possível se os professores e o corpo pedagógico tratarem a alfabetização da Educação de Jovens e Adultos de forma diferente da que se aplica às crianças. Para isso, devem propor debates e utilizar uma proposta que respeite seu conhecimento de mundo, trabalhe com temas ligados à realidade, problematize, reflita e se conscientize dos problemas existentes e vivenciados pela comunidade em que se está inserido.

Neste estudo foi abordado à política educacional proposta e implementada pelo governo e os novos caminhos propostos pela reforma educativa, nesses últimos anos no Brasil para a educação dos jovens e adultos.

O nosso país sempre esteve em uma condição inferior aos países vizinhos, no que se refere às questões educacionais, como: índices altos de analfabetismo, evasão, repetência e um percentual altíssimo de crianças fora da escola. Inicia-se uma mudança quando o Brasil expande os investimentos na educação com uma coleta maior de impostos destinados à educação básica. Como exemplo disso, temos o FUNDEB, os programas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), que surgiram com o intuito de melhorar a qualidade da educação brasileira. Entre essas melhorias, podemos citar alguns desses programas: Dinheiro Direto na Escola, Alimentação Escolar, Transporte Escolar, entre outros. A partir desses novos investimentos na educação, a escola passou a ser o centro das políticas educacionais e das ações governamentais.

Mediante essa situação, um questionamento vem à tona: Como garantir o direito à educação e propiciar uma formação escolar que promova mudanças sociais? Um dos caminhos é empregar bem e ampliar os recursos financeiros destinados à educação. Promover a intervenção dos cidadãos, individualmente ou em grupo, é fundamental para a construção de uma sociedade justa, igualitária e solidária. Na educação e na escola, esse processo deve acontecer, principalmente, através da gestão coletiva, como, exemplo, os conselhos escolares e os conselhos de acompanhamento e de fiscalização dos recursos do FUNDEB e demais recursos provenientes do FNDE. Além desses, a priorização dos níveis e das modalidades de ensino, que sempre estiveram à margem da política educacional, como é o caso da EJA, é de fundamental importância para ganhos efetivos na educação do país.

Com base nos estudos de Freire (2009), devem ser debatidos temas como nacionalismo, remessa de lucros para o estrangeiro, política, desenvolvimento, analfabetismo, voto do analfabeto, democracia, pagamento de impostos, entre outros. Nessa perspectiva, o educador consciente precisa perceber que a educação é um ato político e emancipador, a partir do momento em que faz uso das práticas de letramento na vida social.

Ao abordar as práticas de leitura e de escrita na escola e na vida diária dos estudantes de alfabetização, constatamos que os alunos não dispõem de muitas oportunidades para se tornarem leitores assíduos e construtores de textos, posto que a escola pesquisada não lhes oferecia oportunidades de terem acesso aos livros e às práticas de letramento porque, no horário das aulas, a biblioteca, muitas vezes, ficava fechada.

Em relação à importância da leitura e da escrita para o trabalho, os resultados da pesquisa mostraram que, para a maioria dos alunos, a educação é o melhor caminho para se inserirem no mercado de trabalho capitalista e selvagem da sociedade. Porém, apesar de terem consciência da importância das práticas de leitura e de escrita no mundo moderno, o jovem e o adulto ainda se sentem excluídos do processo educacional.

No mundo globalizado, o ser humano faz uso da comunicação e se utiliza da escrita como um instrumento de produção de conhecimento útil para a vida cotidiana, para ler anúncios, identificar ônibus e ter acesso aos instrumentos da tecnologia moderna. Assim, a escolarização se impõe a todos os indivíduos como uma necessidade para a própria sobrevivência.

Neste estudo, percebemos o quanto a educação é importante para os alunos participantes da EJA e, embora tenham muitas dificuldades de se manter na escola, devido a problemas familiares e de trabalho, continuam seguindo em seus estudos.

Em suma, no que concerne à alfabetização e ao letramento, a escola pesquisada tenta desenvolver este trabalho e, apesar de ter algumas propostas de alfabetização e de letramento voltadas para o jovem e o adulto, está tentando preparar os alunos para além dos muros da escola, para o mundo letrado e todas as implicações que ela proporciona.

Esta pesquisa é significativa para a escola pesquisada, pois, a partir dos dados que aqui analisamos, pode-se trabalhar melhor com a alfabetização do jovem e do adulto. Será também o caso de sugerir a ampliação em outras escolas que tenham o jovem e o adulto como seu público-alvo.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. São Paulo: Ação Educativa/Brasília: MEC, 1999.

BRASIL, Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos (V:1997: Hamburgo, Alemanha): **Declaração de Hamburgo**: agenda para o futuro. Brasília: Sesi/Unesco, 1999.

_____. **Cartilha do FUNDEB** (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Brasília, marco de 2007.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Módulo Competências Básicas/** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 3 ed. Brasília: MEC, FNDE, 2009.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil** -1988. Brasília, 3ª Revisão Constitucional, 2008.

_____. Unesco, 1978.

_____. Unesco, 2003.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa; CARVALHO, A. Mª. Pessoa de. **Ensino da Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). Ensino Médio Integrado -. **Concepção e contradição**. São Paulo, Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34ªed. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 1996.

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. O partido como educador educando. IN: DAMASCEDO (ET. Alli) **A educação como ato político partidário**. São Paulo: Cortez, 1988.

FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz. **Práticas de letramento (s) escolar de professores formadores de professores e de alunos professores: que relação estabelecer?**[S. D.] [S. P.]

FERNANDES, Dengival Gonçalves. **Alfabetização de jovens e adultos: pontos críticos e desafios**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DIPIERRO, Maria Clara. **Preconceito contra o analfabetismo**. São Paulo: Cortez, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Jovens e Adultos: um cenário possível para o Brasil**. [S. E], [S. D].

KLEIMAN, Ângela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In KLEIMAN, Ângela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995, pags. 15-64.

MAGALHÃES, Izabel. “Práticas discursivas de letramento: a construção da identidade em relatos de mulheres” in KLEIMAN, Ângela B. (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1995, pp: 201-238.

MANFREDI, Silva Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo, Cortez, 2001.

MEC. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília: UNESCO, 2008.

MOLICA, Maria Cecília; LEAL, Marisa. **Letramento em EJA**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MONTENEGRO, Paulo. **Indicador do analfabetismo funcional**. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/>. Acesso em 22 de janeiro de 2010.

PAULA, Juarez de. **Para além do Século XX**. Ver. Século XXI. Brasília. Ano I, n. 1, dez. 1998, p. 51-54.

PAIVA, Vanilda P. A educação dos adultos. In: _____. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6 ed. ver. e ampl. São Paulo: Loyola, 2003. P. 187-192.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo, Cortez, 1986.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2ed. Belo HORIZONTE: Autêntica, 2006.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.25, 2004b. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 12 de janeiro de 2010.

_____. **Letramento e escolarização**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2003. p. 89-113.

TEBEROSKY, Ana; CARDOSO, Beatriz (Orgs). **Reflexões sobre o ensino de leitura e da escrita**. 5ed. Campinas, São Paulo: Vozes, 1993.

TOMMASI, Livia de, WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007. P. 15-38; 125-226.

TORRES, Carlos. **Diálogo com Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1979.

TFOUNI, L.V. **Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso**. Campinas: Pontes, 1988.

_____. **Letramento e alfabetização**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2006.

UNESCO. **Conferência Internacional de EJA**. Alemanha, Hamburgo, 1999.

WEFFORT, Francisco. “Educação e política” [Prefácio]. In: FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ANEXOS

Anexo A - QUESTIONÁRIO ENTREGUE À PROFESSORA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - CAMPUS III.
DEPARTAMENTO DE LETRAS E EDUCAÇÃO.
COORDENAÇÃO DE **PEDAGOGIA**
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Curso de Licenciatura em Pedagogia

Solicito sua colaboração respondendo às questões abaixo, referentes à sua percepção sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A pesquisa contempla as necessidades básicas de aprendizagem dos alunos na EJA, no que tange à leitura e à escrita, no processo de alfabetização e de letramento que ocorre no 1º segmento da EJA.

Este questionário contribuirá para a elaboração da monografia, intitulada
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO 1º SEGUIMENTO DA EJA: SUA IMPORTÂNCIA
PARA O MUNDO DO TRABALHO

Nome: _____

Sexo: Feminino () Masculino ()

Idade: _____

- Qual o seu grau de escolaridade?

() Ensino Superior incompleto () Ensino Superior completo

() Pós-graduação: _____

Tempo de atuação na área: _____

Questões com base na Dimensão Ensino e Aprendizagem da Leitura e da Escrita Ensino Fundamental - INDIQUE (Indicadores da Qualidade da Educação)

1. Você elabora e executa seu plano de aula considerando as orientações da proposta pedagógica para a alfabetização de Jovens e Adultos ? Comente.

2. Os seus alunos leem/usam diariamente materiais de leitura disponibilizados nas salas de aula?

3. Nas reuniões pedagógicas, são definidas ações a serem realizadas na sala de aula e na escola para melhorar a aprendizagem, incluindo a dos jovens e adultos com dificuldades? Comente.

4. A escola tem uma biblioteca ou sala de leitura com um bom acervo de livros de literatura infanto-juvenil, livros de ficção e não ficção, dicionários, enciclopédias, Atlas e outros? Você faz uso desse material com seus alunos alfabetizando?

5. Os alunos fazem uso da biblioteca ou sala de leitura em horário letivo pelo menos uma vez por semana, fazendo pesquisas e leituras? Justifique.

6. Os alunos fazem empréstimos de livros do acervo da escola (para ler em casa ou na sala)? Justifique.

7. Quais os gêneros textuais são selecionados para a prática de leitura e escrita dos alfabetizando?

Anexo B - QUESTIONÁRIO ENTREGUE AOS ALUNOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - CAMPUS III.
DEPARTAMENTO DE LETRAS E EDUCAÇÃO.
COORDENAÇÃO DE **PEDAGOGIA**
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Curso de Licenciatura em Pedagogia

QUESTIONÁRIO ENTREGUE AOS ALUNOS

Solicito sua colaboração, respondendo às questões abaixo, referentes à sua percepção sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A pesquisa contempla as necessidades básicas de aprendizagem dos alunos na EJA, no que tange à leitura e à escrita, no processo de alfabetização e de letramento que ocorre no 1º segmento na 1ª fase da EJA.

Este questionário contribuirá para a elaboração da monografia, intitulada.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO 1º SEGUIMENTO DA EJA: SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNDO DO TRABALHO

I. DADOS PESSOAIS:

Nome: _____ (se quiser)

Sexo: Feminino () Masculino ()

Idade: _____

Questões com base na análise das práticas de letramento, segundo as questões elaboradas por Vóvio, 2007. In Rojo, 2009.

- No processo de leitura e de escrita, como você se encontra?

- () Ler e escreve com facilidade.
() Compreende o que lê, mas não escreve.
() Não sabe ler, mas escreve.

- Dessas atividades, quais as que você costuma fazer (pode assinalar mais de uma)?

1. Consultar catálogo telefônico

- () Nunca () às vezes () sempre

2. Consultar o guarda de trânsito.

Nunca às vezes sempre

3. Escrever listas de coisas que precisa fazer.

Nunca às vezes sempre

4. Deixar bilhetes simples com recados para alguém.

Nunca às vezes sempre

5. Pedir para outra pessoa escrever cartas para amigos ou familiares.

Nunca às vezes sempre

6. Ler cartas de amigos ou familiares

Nunca às vezes sempre

7. Ler correspondência impressa que chega a sua casa.

Nunca às vezes sempre

8. Fazer listas de compras.

Nunca às vezes sempre

9. Procurar ofertas ou promoções em folhetos e jornais

Nunca às vezes sempre

10. Verificar a data de vencimento dos produtos que compra.

Nunca às vezes sempre

11. Comparar preços entre produtos antes de comprar.

Nunca às vezes sempre

12. Pagar contas em bancos ou casas lotéricas.

Nunca às vezes sempre

13. Fazer depósitos ou saques em caixas eletrônicos.

Nunca às vezes sempre

14. Reclamar sobre produtos ou serviços de má qualidade que adquiriu

Nunca às vezes sempre

15. Ler bulas de remédios.

16. Nunca às vezes sempre

17. Copiar ou anotar receitas

Nunca às vezes sempre

Indique com que frequência você faz cada uma dessas atividades.

	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
1. Ir ao cinema				
2. Ir ao teatro				
3. Ir a shows de música ou dança				
4. Ouvir noticiário no rádio				
5. Ouvir outros programas no rádio				
6. Assistir a minisséries na TV				
7. Assistir a jornais na TV				
8. Assistir a filmes na TV				
9. Assistir a outros programas na TV				
10. Ir a museus ou exposições de arte				

Alfabetização e letramento no trabalho

1. Você trabalha?

Sim Não

2. Qual a sua profissão?

3. Para entrar no seu trabalho, foi preciso escolaridade?

Sim Não

4. Para trabalhar, foi preciso:

experiência no trabalho

nível de escolaridade

os dois (a experiência e o nível de escolaridade)

5. Você já perdeu um trabalho por não saber ler e escrever?

Sim Não

6. Há quantos anos você estava afastado (a) da escola?

7. Qual o seu interesse em retornar à escola?

8. O que você aprende na escola é utilizado em sua vida diária? Como?

9. O que você aprende na escola é importante para o trabalho?

10. Como a leitura e a escrita influenciam para tornar o seu trabalho melhor?
